

Senado debate o novo Código de Trânsito

O novo Código de Trânsito Brasileiro foi debatido ontem em plenário pelos senadores Eptácio Cafeteira, Júnia Marise e Francelino Pereira, presidente da comissão especial que apreciou a matéria. Francelino defendeu o projeto. Júnia e Cafeteira querem dar maior poder aos municípios na administração do trânsito. **Página 5**



Reunião conjunta das três comissões do Senado em que foi aprovado parecer sobre o projeto

Abertura na telefonia celular é aprovada por comissões

Proposta agora está pronta para ir ao plenário, onde poderá ser votada em sessão extraordinária marcada para amanhã, às 10 horas

LDO pode viabilizar renda mínima

Página 2

Emília defende crescimento centrado no ser humano

A senadora Emília Fernandes (PTB-RS) defendeu ontem à noite uma nova forma de solidariedade mundial em busca do crescimento real e legítimo centrado no ser humano, tanto em escala nacional como em escala mundial. Para ela, o crescimento econômico isolado fomentará ainda mais a desigualdade entre ricos e pobres.

A declaração foi feita na reunião especial da Comissão de Assuntos Econômicos, presidida pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP) e destinada ao lançamento regional do Relatório de Desenvolvimento Humano Internacional - 1996, com a presença de Fernando Zumbado, diretor do escritório regional do PNUD para a



Na reunião da CAE, o lançamento do relatório da ONU

América Latina e Caribe, e de parlamentares do México, Chile e Argentina. Estiveram presentes também embaixadores de diversos países da América Latina.

Coube à senadora comentar o relatório da ONU, do ponto de vista do Brasil, tendo destacado como medidas importantes as propostas de estímulo à participação das mulheres no mercado de trabalho, o aumento das oportu-

nidades educacionais, a indústria rural, a agricultura de pequena dimensão e a redução de despesas militares.

No encerramento da reunião, Suplicy destacou, entre as conclusões e recomendações do relatório, a criação de sistema mundial de medidas mínimas de seguridade social para que todos os países alcancem um nível médio de desenvolvimento humano nos próximos dez anos.

O projeto de lei que permite a participação de capitais privados nacionais e estrangeiros na exploração de serviços de telefonia celular, de satélite e de comunicação de dados já está pronto para ser votado em plenário. Parecer favorável ao projeto, de autoria dos senadores Osmar Dias e Ney Suassuna, foi aprovado pelas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Econômicos e de Serviços de Infra-Estrutura, em reunião conjunta. A proposta poderá ser votada pelo plenário do Senado em sessão extraordinária marcada para amanhã, às 10h. Caso o Senado mantenha o texto vindo da Câmara, a matéria irá à sanção presidencial. **Página 3**

Mauro cobra solução para moradia

Página 4

LDO pode viabilizar programa de renda mínima

Para Suplicy, sanção presidencial abre possibilidade de que projeto de autoria do senador, já adotado por prefeituras, seja votado pela Câmara dos Deputados ainda em agosto

O programa de renda mínima proposto pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP) acaba de dar um passo rumo à sua viabilização em nível nacional. O projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 97, sancionado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, prevê a possibilidade de dotação de recursos para a implantação do programa no próximo ano.

Suplicy ressaltou ontem em plenário que a sanção presidencial "abre as por-

tas" para a votação pela Câmara dos Deputados, ainda em agosto, do projeto de sua autoria que institui aquele programa. Ele disse que iniciativas semelhantes estão sendo implantadas em várias cidades do País.

ELETROSUL

Eduardo Suplicy também pediu que a Comissão de Assuntos Econômicos con-



Suplicy destaca sanção da LDO

vide o presidente da Eletrosul, Cláudio Ávila, o diretor de engenharia e planejamento da empresa,

Luiz Zapelline, e o diretor administrativo, João Roberto Lupion, para prestarem informações à comissão sobre a "licitação da usina hidrelétrica de Machadinho e demais consórcios

licitados por essa administração em Itá e Jacuí".

O senador disse que a gravidade das denúncias publicadas domingo (dia 14) pelo *Jornal do Brasil*, sobre ocorrência de irregularidades na contratação de equipamentos para a usina, e o fato de essas denúncias comprometerem os esforços governamentais de parceria com o capital privado para a expansão de projetos na área de infraestrutura, justificam seu requerimento.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador José Sarney

10h - Despachos internos.

11h - Participa da mostra "Os Senadores", na Vitrine dos Estados.

14h30 - Preside sessão deliberativa do Senado.

18h - Recebe o senador José Eduardo Dutra, a deputada Sandra Starling e a bancada do PT do Senado e da Câmara. *Gabinete da Presidência.*

PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Quarto dia de discussão em primeiro turno da *PEC nºs 23/96, que trata de ineligibilidade; segundo dia de discussão em primeiro turno da *PEC nº 22/96, que trata da criação de municípios; e PLC nº 73/94, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.

COMISSÕES

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: 1ª parte: Exposição da embaixadora da Polônia, Katarzyna Skórzynska, acerca das relações econômicas Brasil-Polônia.

2ª parte: "PLS nº 31/96 (terminativo), que dispõe sobre o regime tributário das microempresas e empresas de pequeno porte; *PLS nº 32/96 (terminativo), que institui o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, dispondo sobre o tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido previsto nos arts. 170 e 179 da Constituição Federal; e *PLC nº 2/96 (não terminativo), que altera a redação do parágrafo 1º do art. 52 da Lei nº 8.078/90, que dispõe sobre a proteção do consumidor. *Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.*

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: *PEC nº 30/96, que modifica o art. 34 e o Título VIII, Seção I, da Constituição Federal e o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. *Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa.*

10h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.466-2/96, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da União crédito extraordinário

Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha do relator. *Sala 04 - Ala Senador Nilo Coelho.*

10h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.468-8/96, que dá nova redação ao parágrafo único do art. 1º da Lei nº 8.995/95, que autoriza o Ministério dos Transportes, por intermédio da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), a transferir à Companhia Fluminense de Trens Urbanos (Flumitrens) recursos para pagamento de pessoal

Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha do relator. *Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho.*

11h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.467-2/96, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, crédito extraordinário até o limite de R\$ 800 milhões

Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha do relator. *Sala 04 - Ala Senador Nilo Coelho.*

11h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.469-7/96, que autoriza a utilização de recursos do Fundo da Marinha Mercante em favor da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro - Lloydbras

Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha do relator. *Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho.*

15h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.474-24/96, que fixa critérios para a progressiva unificação das tabelas de vencimentos dos servidores

Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha do relator. *Sala 04 - Ala Senador Nilo Coelho.*

15h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.475-16/96, que altera as Leis nºs 8.019/90 e 8.212/91

Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha do relator. *Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho.*

16h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.476-12/96, que dispõe sobre medidas reguladoras do abastecimento do mercado interno de produtos do setor sucroalcooleiro

Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha do relator. *Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho.*

17h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.472-26/96, que dispõe sobre os quadros de cargos do Grupo-Direção e Assessoramento Superior (DAS) da Advocacia-Geral da União, do Ministério da Fazenda

Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha do relator. *Sala 04 - Ala Senador Nilo Coelho.*

17h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.479-17/96, que dispõe sobre o pagamento dos servidores civis e militares do Poder Executivo Federal, inclusive suas autarquias e fundações, bem como dos empregados das empresas públicas e das sociedades de economia mista

Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha do relator. *Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho.*

Aprovada abertura da telefonia celular

Comissões acatam parecer de Osmar Dias e de Ney Suassuna ao projeto que permite participação de capitais privados nacionais e estrangeiros no setor de telecomunicações

As comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Econômicos e de Serviços de Infra-Estrutura aprovaram ontem parecer dos senadores Ney Suassuna (PMDB-PB) e Osmar Dias (PR) favorável ao projeto de lei que permite a participação de capitais privados nacionais e estrangeiros na exploração de serviços de telefonia celular, de satélites e de comunicação de dados.

O projeto, de iniciativa do Executivo, já foi aprovado na Câmara e deverá ser votado pelo plenário do Senado em sessão extraordinária, amanhã, às 10h. Caso seja mantido o texto da Câmara, a matéria irá à sanção.

Pela proposição, o serviço móvel celular, sujeito a licitação, e o serviço de transporte de sinais de telecomunicações por satélites serão explorados mediante concessão pelo prazo de 15 anos, renovável por igual período. A exploração desse último dependerá de outorga específica, independentemente de o acesso se realizar a partir do território nacional ou do exterior. As em-



As três comissões do Senado mantiveram reunião conjunta para apreciar parecer

presas interessadas deverão ser constituídas segundo as leis brasileiras e ter sede e administração no País.

O projeto estabelece que até a instalação da Comissão Nacional de Comunicações (CNC) o Ministério das Comunicações exercerá as funções de órgão regulador.

Na discussão da matéria, senadores questionaram aspectos do projeto que consideram inconstitucionais. O primeiro

ponto diz respeito ao artigo 5º, que dá à Telebrás a autorização para constituir empresas subsidiárias ou associadas para

assumir a exploração do Serviço Móvel Celular. Segundo Jefferson Peres (PSDB-AM), o artigo 37 da Constituição condiciona a criação de cada uma das subsidiárias de entidades estatais à autorização do Legislativo, e o projeto não faz a devida ressalva. "O dispositivo constitucional não

permite dúvidas. Não há o que interpretar, senão aplicar", afirmou Josaphat Marinho (PFL-BA).

O segundo ponto controverso situou-se em torno do artigo 13 que, mediante emenda adotada pela Câmara, cria a Comissão Nacional de Comunicações, que irá regular as questões referentes aos serviços. Na opinião de alguns senadores, a competência para a criação de órgão regulador é do Poder Executivo e não do Legislativo.

Participaram dos debates os senadores Lúcio Alcântara (PSDB-CE), Jäder Barbalho (PMDB-PA), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Elcio Alves (PFL-ES), Esperidião Amin (PPB-SC), Gerson Camata (PMDB-ES), Francolino Pereira (PFL-MG), Bernardo Cabral (PFL-AM), José Ignácio Ferreira (PSDB-ES), José Eduardo Dutra (PT-SE) e José Roberto Arruda (PSDB-DF).

Matéria deve ser votada amanhã pelo plenário

Alcântara confirma apoio de FHC à saúde

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) disse ontem que a destinação a ser dada aos recursos da CPMF foi o principal ponto de apoio para que a proposta fosse aprovada na Câmara.

O presidente Fernando Henrique agiu de maneira a demonstrar toda a sua sensibilidade social. Ele teve a coragem de enfrentar a incompreensão de alguns setores, e até a impopularidade que pode vir, no seu propósito de reverter a situação da saúde no País. Além disso, o Presidente

não aprovaria nenhuma proposta que colocasse em risco o Plano Real, como alguns economistas alegaram - afirmou o senador.

Lúcio Alcântara destacou, ainda, que a proposta foi discutida durante um ano e não foram apresentadas alternativas para resolver o problema da saúde.

Em aparte, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) declarou que a campanha contra a CPMF se deve ao fato de que o imposto, "ao atirar no que viu, atingiu o que não viu". Explicou que a Fiesp e a CNI

vão tentar derrubar o imposto na votação em segundo turno, porque este imposto, segundo alertou, deixa exposto o caixa dois das empresas.

- Eles não são contra a saúde nem contra mais um imposto. O problema é que este imposto pode deixar qualquer empresa ou cidadão que for pego fora da lei - afirmou.

Fernando Bezerra (PMDB-RN) discordou de Pedro Simon. Segundo ele, os empresários e banqueiros querem apenas competir em igualdade de condições com as empresas internacionais.

Epitácio Cafeteira (PPB-MA) criticou a proposta e disse que a CPMF é um imposto inflacionário para uma moeda estável e um imposto em cascata para a indústria. Casildo Maldaner (PMDB-SC) quer uma fiscalização do governo na aplicação do novo imposto.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que o PT votou contra a proposta, mas registrou a posição dos senadores do partido, simpáticos à medida.

Suassuna cobra do governo projeto para reduzir desequilíbrio regional

Declaração de Gustavo Franco que coloca o Nordeste como depósito de mão-de-obra barata por muito tempo causa protestos

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) dirigiu ontem apelo ao governo federal para que apresente projeto de interesse do Nordeste para evitar a perpetuação de uma situação que, conforme disse, mostra o grande desequilíbrio regional em comparação com as demais regiões do País. O senador exortou a bancada nordestina no Senado para que "se una e busque vantagens a fim de diminuir a desigualdade".

Após elogiar artigo do senador Waldeck Ornelas (PFL-BA), intitulado "Desequilíbrio institucionalizado", publicado nesta terça-feira no jornal *O Globo*, Suassuna se disse "magoadado" com declarações do diretor do Banco Central, Gustavo Franco, divulgadas pela imprensa, segundo as quais



Ney Suassuna

"no Nordeste há um depósito de trabalhadores baratos muito grande e as empresas devem explorar esse depósito por muito tempo".

Ao destacar que o diretor do BC foi "infeliz" em suas afirmações, Suassuna recebeu a solidariedade de José Eduardo Dutra (PT-SE), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Bernardo Cabral (PFL-AM), Artur da Távola (PSDB-RJ), Pe-

dro Simon (PMDB-RS) e Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que comentaram ainda as declarações atribuídas ao presidente Fernando Henrique Cardoso, que, em entrevista a um jornal português, teria chamado o povo brasileiro de "caipira". Enquanto José Eduardo Dutra manifestou seu "repúdio ao artigo de Gustavo Franco por considerar o trabalhador nordestino como sub-raça", ACM disse que, tendo partido de um auxiliar do governo, tal declaração merece uma explicação porque "reflete o pensamento do Presidente, que chamou os brasileiros de caipiras, tabaréus e inexpressivos". Em seu protesto, Valadares disse que o Nordeste tem dado grande contribuição ao desenvolvimento do País.

"Arrogância" de diretor do BC gera protestos

"O nível de arrogância de certos tecnocratas do Brasil é insuportável, e por causa dessa arrogância de toda a diretoria do Banco Central é que o governo tem pago alto preço", disse o senador Artur da Távola. Ele afirmou que "são esses tecnocratas pretensiosos e arrogantes que trazem sérios problemas ao próprio governo".

O senador Pedro Simon disse que "Gustavo Franco, reconhecido como competente e gênio, está colocando a política do governo em dúvida, pois deveria ter dito o contrário e nunca chamar o Nordeste de depósito de desempregados, pois isso é falta de elegância". Simon justificou que Fernando Henrique Cardoso "nos chama de caipira porque considera o brasileiro tímido e por não aceitar a globalização".

- Tenho certeza que sua excelência não estava se referin-

do ao ex-presidente Itamar Franco, por ter convidado uma dupla caipira, formada por Gustavo Krause e Paulo Hadad, para os ministérios da Fazenda e do Planejamento. Também não se referia a Orestes Quércia, que quando governador de São Paulo era chamado de caipira pela imprensa paulista - disse Simon, observando que "o termo usado pelo dirigente do Banco Central foi duro e ele tem a obrigação de ser mais elegante e ter mais respeito".

Já Bernardo Cabral, referindo-se ao diretor do BC, disse que "quem faz isso desconhece os grandes homens, como Rui Barbosa e Castro Alves, que fazem a história do País". Cabral afirmou que foi a saga do nordestino que construiu o progresso da Amazônia e do

País "e é com profunda tristeza que vejo ser inferiorizado o homem do Nordeste". O senador amazonense acrescentou que "discriminar o Nordeste é, no mínimo, uma grande injustiça, pois a região merece o título de Juguço de Deus".

Antonio Carlos Magalhães, por sua vez, considerou que "o Presidente não foi feliz na sua expressão, e deve ter cuidado quando, sobretudo, dá entrevista para um jornal estrangeiro". ACM acrescentou que "enquanto não se resolver a questão sobre a instalação da refinaria da Petrobrás na região e lá não se instalem grandes empresas, certamente continuará essa posição preconceituosa para com o Nordeste, que continua sendo sugado pelos estados desenvolvidos".

Para Simon, faltou elegância a Franco



Mauro Miranda

Para Mauro, é hora de resolver falta de habitação

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) pediu ontem que o governo elabore uma política habitacional e que o mesmo esforço realizado até agora para estabilizar a moeda seja empregado para resolver a questão do déficit habitacional. As questões relacionadas com habitação e infra-estrutura são extremamente complexas e exigem uma atuação integrada de todas as esferas públicas, privadas e sociais, disse.

Ele entende que o problema da moradia é um dos maiores desafios deste final de século e o resgate da enorme dívida social do País só será uma realidade quando o direito à moradia for estabelecido como pré-requisito de afirmação da cidadania.

- É nesse sentido que transito ao Congresso um apelo para que seja aprovada a emenda constitucional de minha autoria. Enquanto as políticas federais estão estacionadas, vemos surgir pelo País afóra inúmeros projetos criativos de superação do problema. É preciso também incentivar esses bons empreendimentos de estados e municípios - afirmou Mauro Miranda.

Em aparte, o senador Romeu Tuma (PSL-SP) disse que o exemplo adotado por São Paulo, que destina 1% do ICMS para a construção de casas populares, vem obtendo bons resultados.

País já não aceita impunidade no trânsito, diz Francelino

Presidente da comissão especial que aprovou o projeto do novo código, em debate ontem, disse que a legislação atual está completamente defasada e exige mudanças



Júnia Marise

Para Júnia, êxito depende do apoio às prefeituras

A senadora Júnia Marise (MG), líder do PDT no Senado, afirmou ontem que o projeto de Código de Trânsito Brasileiro não será eficiente se o governo federal não der condições aos municípios para investirem na área de trânsito, em seus territórios. Neste momento, conforme a senadora, as prefeituras enfrentam sérios problemas financeiros por causa do Plano Real e, assim, pouco poderão fazer para melhorar o tráfego nas suas áreas metropolitanas.

Com a municipalização do trânsito, como prevê o código, as prefeituras "correm o risco de serem apontadas como responsáveis solidários pelos acidentes que acontecerem em decorrência da omissão pública", assinalou Júnia Marise. Pelo código em discussão, os municípios poderão cuidar do trânsito em suas áreas, o que até agora só era possível se a prefeitura assinasse um convênio com o governo do estado. O município receberá ainda autorização para que seus fiscais multem infratores - também hoje uma atribuição exclusiva dos fiscais do governo estadual.

A senadora por Minas Gerais afirmou que os acidentes de trânsito matam e mutilam no Brasil mais do que doenças como Aids e câncer, ou soldados em guerras pelo mundo.

Cafeteira anuncia que apresentará emenda beneficiando municípios

O senador Eptácio Cafeteira (PPB-MA) disse ontem ser contra o projeto de Código de Trânsito, em tramitação no Senado, por este não dar aos municípios autonomia para licenciar e multar veículos. Ele anunciou que, no turno suplementar de votação da matéria, pretende apresentar uma emenda em favor das prefeituras municipais.

- Aqui fica meu protesto pela maneira com que foram tratados os municípios nesse código. Não foi dedicado um só artigo para cumprir o preceito constitucional de que as prefeituras têm competência para legislar sobre assuntos de interesse local - afirmou o parlamentar.

Cafeteira explicou que, apesar de serem as prefeituras as responsáveis pela manutenção das vias danificadas

pelos veículos de qualquer estado que ali transitam, é inexplicável que elas não tenham autonomia para agir na cobrança de multas. Segundo o senador, hoje a prefeitura pode até multar o veículo de outro estado, mas é inútil, visto que ela não tem poder para cobrar a multa, dado que essa cobrança, assim como o licenciamento dos veículos, cabe ao estado. O senador criticou o fato de o projeto de Código de Trânsito manter essa situação.

- A prosseguir esse esquecimento do Legislativo sobre



Eptácio Cafeteira

a autonomia municipal, brevemente as câmaras de vereadores servirão apenas para outorgar títulos de cidadania e para legislar a respeito do trânsito de bicicletas e carros - disse o senador.

INCOERÊNCIA

Conforme Cafeteira, outra incoerência propiciada por essa legislação é a que permite que uma pessoa licencie seu veículo num estado e

vá viver noutro, o qual não será beneficiado pelo IPVA (Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores), pago anualmente.

- Nenhum departamento de trânsito no Brasil multa o veículo de outro estado. Andar, por exemplo, com um veículo do Rio Grande do Sul no Pará é uma tranquilidade para cometer infração.

Na opinião do senador, só na hora em que o Legislativo der autoridade aos municípios para multar carros de fora é que o Código de Trânsito será eficazmente cumprido.

No primeiro dia de debate em plenário do novo Código de Trânsito Brasileiro, o presidente da comissão especial que apreciou o projeto, Francelino Pereira (PFL-MG), afirmou que a proposição "é uma unanimidade entre os juristas e especialistas em trânsito", os quais foram ouvidos dezenas de vezes em audiências públicas. Ao defender o substitutivo aprovado pela comissão especial, Francelino destacou que "o Brasil já não suporta mais o clima de impunidade nos crimes de trânsito" e exige a nova legislação.

- O atual código é de 1966 e está envelhecido, desatualizado. Não responde mais aos problemas do trânsito brasileiro. Nesse período mais que dobrou o número de carros e já temos 22 milhões de motoristas - afirmou.



Francelino

O senador lembrou que o novo código vem sendo discutido no País desde 1991, quando o próprio governo federal criou uma comissão para a mudança. O Executivo discutiu o assunto por mais de um ano, enviando a seguir sua proposta à Câmara dos Deputados, a qual analisou o projeto também por um ano. No Senado, o código está em debate há dois anos e dois meses, tempo em que foi profundamente analisado, segundo o senador.

Em aparte, Gerson Camata (PMDB-ES) elogiou o trabalho da comissão presidida por Francelino e que teve como relator Gilberto Miranda (PMDB-AM). O substitutivo ao projeto de código volta a ser debatido hoje, para então ser iniciada sua votação pelo plenário, em primeiro turno.

"É inexplicável que as prefeituras não possam aplicar multas"

Amorim pede ajuda para garimpeiros

E anuncia que Comissão Especial do Senado que visitou Serra Pelada levará esta semana ao presidente da República sugestões para acabar com a tensão na área



Romeu Tuma

Tuma elogia Covas por atrair investimentos

O senador Romeu Tuma (PSL-SP) cumprimentou ontem o governador de São Paulo, Mário Covas, por sua capacidade de atrair investimentos para desenvolver a economia daquele estado.

- O governador paulista vem revertendo, com inegável sucesso, eventuais posições desfavoráveis ao estado, na órbita dos incentivos à captação de recursos internacionais - afirmou Tuma.

O senador referiu-se ao Programa Estadual de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico e Social, recentemente aprovado pela Assembleia Legislativa e que autoriza o governo a conceder prazo especial para pagamento de ICMS pela indústria e pela agroindústria. Conforme Tuma, essa medida permitirá a São Paulo atrair cerca de R\$ 3 bilhões em investimentos.

Tuma também informou que, na cidade de Taubaté, vai ser inaugurada no dia 13 de agosto a nova fábrica de transmissões da indústria Ford. Essa unidade fabricará 450 mil transmissões por ano, oferecendo onze modelos diferentes de caixas de câmbio manuais para as versões do Fiesta, fabricado em São Bernardo, e do Escort, agora montado em Pacheco, na Argentina.

O senador Ernandes Amorim (PMDB-RO) anunciou que a Comissão Especial do Senado que visitou o garimpo de Serra Pelada deverá levar, ainda esta semana, ao presidente da República sugestões para acabar com a tensão naquela área. Entre as sugestões está a de que o governo mande o Exército a Serra Pelada, "não com armas, mas com o equipamento necessário para demarcar a área dos garimpeiros". O parlamentar sustentou que os trabalhadores do garimpo "estão em greve para trabalhar, daí por que o governo deve ajudá-los, não expulsá-los da área".

Amorim explicou que, se privatizar a Companhia Vale



Ernandes Amorim

do Rio Doce, o governo não conseguirá dar emprego nem para 5 mil pessoas, quando são quase 6 mil os brasileiros que se encontram em Serra Pelada, trabalhando há vários anos. Em sua opinião, a iniciativa da venda assemelha-se a "uma coisa de brasileiro contra bra-

sileiro". Ele criticou o DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral) por não organizar a vida daqueles trabalhadores, que se encontram praticamente "passando fome em cima da riqueza". Também explicou que, se expulsos, esses garimpeiros constituirão mais 6 mil sem-terra no Brasil.

Amorim sustenta que consiste em US\$1 trilhão e 500 bilhões o valor real do subsolo ocupado pela Vale do Rio Doce e que o governo quer vender por apenas US\$12 bilhões. Ele lastimou "a falta de boa vontade do presidente da República em valorizar o que é do Brasil e colocar os brasileiros para cuidar de suas riquezas".

Ademir cobra captura de fugitivos da Justiça

A fuga de condenados à prisão por crimes de homicídio ligados a conflitos pela terra no município de Rio Maria, no Pará, exige providências da



Ademir

Secretaria de Segurança Pública do estado, afirmou o senador Ademir Andrade (PSB-PA). Ele apoiou pedido de captura dos criminosos, feito ao governo do Pará pelo frei Henri Nurin des Rozières e pelo padre Ricardo Rezende Figueira, ambos da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em Rio Maria.

Segundo o senador, a fuga mais recente foi a de Wanderley Borges de Mendonça, acusado da morte do sindicalista Expedito Ribeiro de Souza e suspeito de outros assassinatos. Este e outros tantos foragidos, na opinião de Ademir Andrade, tornam ineficazes as condenações da Justiça e representam um fortalecimento da impunidade. Além da captura dos fora-

gidos, o senador registrou também seu apoio ao afastamento do delegado regional da Polícia Civil de Xinguara, devido, segundo disse, as evidências de cumplicidade nas fugas, e do delegado de Rio Maria, por não tomar providências contra a contratação de pistoleiros encarregados de executar o padre Ricardo Rezende Figueira.

Ademir Andrade lembrou

que, até 1994, "nenhum caso de homicídio tendo por motivação as questões fundiárias foi submetido a júri no sul do Pará". Por pressão da sociedade organizada, notadamente a Igreja, disse, o Judiciário passou a punir os criminosos. A repetição das fugas, no entanto, tem colocado os criminosos fora do alcance da Justiça, observou.

Marina denuncia assassinato de índio por PMs no Acre

A senadora Marina Silva (PT-AC) denunciou em plenário ontem que policiais militares do Acre assassinaram, no município de Feijó, um índio e feriram outros dois.

Um episódio em que ficou claro o estado de embriaguês dos policiais. Ela pediu que a Funai de Brasília acompanhe as investigações do caso, por temer que o escritório do



Marina

Acre não tenha condições de fazê-lo.

- Os PMs estavam numa pescaria e os índios vendiam seu artesanato quando ocorreu o assassinato do índio Raimundo da Silva.

Os policiais não foram presos em flagrante e já estão construindo uma versão de que os PMs teriam agido em legítima defesa - relatou a senadora.

Maldaner sugere pagamento de precatórios com títulos públicos

Encargos financeiros pagos pelo governo são enormes ao protelar o cumprimento de decisões judiciais, conforme argumenta senador

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) pediu ontem ao governo federal, mais especificamente à equipe econômica e ao ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann, que considere a sugestão de pagar precatórios com títulos públicos. Maldaner comparou os custos financeiros da emissão de títulos com os custos assumidos pelo governo na rolagem da dívida destinada a pagamento de precatórios, e concluiu que os títulos são menos onerosos para o erário.

Segundo o senador, ao protelar o cumprimento de decisões judiciais, o governo paga anualmente 18% sobre o valor devido, 6% referentes a juros de mora e 12% relativos a juros compensatórios, acrescidos de correção monetária. Além desses encargos financeiros, frisou, o governo acaba colocando o órgão federal



Casildo Maldaner

dever em descrédito perante a Justiça e a opinião pública.

Maldaner destacou que, em junho de 1992, as condenações judiciais impostas ao governo em instância final totalizavam R\$ 300 milhões. Ao adiar o pagamento dessa dívida, o governo elevou-a para R\$ 1 bilhão em apenas três anos. "Hoje, essa dívida já está em R\$ 1,5 bilhão", afir-

mou, valor que é atualizado anualmente pelos tribunais regionais federais.

Ele referiu-se, principalmente, às dívidas com precatórios acumuladas pelo Incra, que serão roladas novamente em 1996, dado que os recursos destinados ao órgão no Orçamento da União totalizam apenas R\$ 200 milhões. A protelação do pagamento, disse o senador, deixa o valor do hectare muito acima do estabelecido pela decisão judicial.

Em aparte, o senador Ernandes Amorim (PMDB-RO) salientou que, à falta de pagamento dos precatórios, o Incra não assume responsabilidade sobre terras desapropriadas. No caso de Rondônia, segundo o senador, há cerca de seis áreas disponíveis para a execução de programas de assentamento.



Joel de Hollanda

Hollanda destaca papel do trabalho temporário hoje

O senador Joel de Hollanda (PFL-PE) disse ontem que as empresas de trabalho temporário deverão desempenhar importante papel na reestruturação do mercado de trabalho no País, ajudando no crescimento econômico e na redução do desemprego. Ele afirmou que as companhias de fornecimento de mão-de-obra temporária aplicam modernas práticas gerenciais, como o sistema *just-in-time*, que "consiste na eliminação do estoque através do recebimento dos insumos apenas no momento da produção".

- O trabalho temporário é a extensão desse sistema para o fornecimento de mão-de-obra, pois permite a máxima flexibilidade de cada empresa, que pode ter sempre a quantidade de trabalhadores de que necessita para produzir a sua fração de mercado em determinado momento - destacou.

Para o senador, outra medida eficaz para permitir a diminuição do desemprego é a redução dos encargos trabalhistas incidentes sobre as folhas de pagamentos das empresas, que, segundo ele, estão superoneradas por tributos de diversas naturezas e vários fatos geradores. "Repensar a estrutura de tributos no Brasil sobre a atividade empresarial é certamente um dos caminhos que deveremos percorrer se quisermos voltar a ter investimentos capazes de elevar o crescimento econômico nacional", frisou.

Roberto Requião condena compra superfaturada de fazenda no Paraná

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) disse ontem que, por ordem do governador Jayme Lerner, o Banestado comprou a Fazenda Jangadinha, com 291.662 alqueires, localizada no município de Cascavel, por R\$ 1.291.202. A fazenda estaria ocupada por famílias de trabalhadores sem-terra e seu proprietário, amigo do governador, estaria negociando a venda da propriedade por R\$ 500 mil.

A denúncia, segundo o senador, foi publicada pelo jornal *Gazeta do Paraná*, de Cascavel, e consta de documento divulgado pelo MST-

PR (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra). O jornal afirma que os diretores do Banestado teriam declarado que a ordem para o negócio havia partido diretamente do governador.

- O Paraná tem um governo cuja criatividade excede a de Paulo César Farias - afirmou o senador.

Requião disse também que o governador Jayme Lerner enviou à Assembleia Legislativa do estado o projeto de criação do Paranacidade, uma empresa de direito privado destinada a gerir fundos para obras públicas. Para o senador, o objetivo da empresa é



Roberto Requião

afastar o estado da lei de licitações, pois a diretoria executiva da Paranacidade poderá comprar materiais e serviços por processos licitatórios próprios.

Médicos dependem de 3 ou 4 empregos, lamenta Alcântara

É o que acontece com metade dos profissionais da área, segundo ampla pesquisa em todo o País apresentada pelo senador

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) destacou ontem a pesquisa "O perfil dos médicos no Brasil", realizada pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Recursos Humanos em Saúde da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz, com o apoio dos conselhos regionais de medicina e financiada com recursos do Ministério da Saúde e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Lúcio Alcântara disse que a pesquisa mostrou que 50% dos médicos têm de três a quatro empregos; 70% possuem pelo menos um vínculo empregatício com o setor público, e nas regiões Norte e Nordeste



Lúcio Alcântara

esta proporção é superior a 80%. Além disso, segundo o senador, 80% dos médicos que têm consultório particular declaram dependência de convênios.

O senador afirmou que a

característica de múltiplos empregos, assalariamento, más condições de trabalho e perda de autonomia da prática profissional dos médicos, atualmente, no País confluem para o desgaste e o descontentamento da maioria com as condições que lhes são oferecidas para exercer sua atividade.

Lúcio Alcântara informou ainda que a pesquisa selecionou 184.796 médicos, dos quais 65% estão concentrados nas regiões Sul e Sudeste do País e 65% do total vivem e trabalham nas capitais. Segundo o relatório, 75% dos médicos têm menos de 45 anos e 57,6% desses profissionais declaram ter um título de especialista.



Esperidião Amin

Amin pede apoio a professores de escolas isoladas

A adoção de medidas de incentivo aos professores de escolas isoladas, no meio rural, foi defendida pelo senador Esperidião Amin (PPB-SC), ao alertar para o esquecimento a que muitas vezes são relegados os problemas das comunidades mais distantes das cidades, em face da crescente urbanização do País.

As necessidades da escola isolada, segundo o senador, são as mesmas da escola brasileira em geral: melhoria das condições efetivas de trabalho dos professores, de ensino e de aprendizagem. Ele disse que para que a escola brasileira retome sua função precípua é preciso em primeiro lugar valorizar o professor.

Esperidião Amin reportou-se a carta que recebeu de uma professora de escola isolada em Santa Catarina dando conta do trabalho que desempenha, com acúmulo de funções, sem por isso receber qualquer remuneração adicional. Para o senador, essa situação reflete as dificuldades "de milhares de outras professoras de centenas de localidades".

- Sem professor com salário digno e qualificação atualizada e permanente, não há chances para o ensino - afirmou Amin.

Francelino destaca congresso em Mariana

O X Congresso Estadual de História, a ser realizado em Mariana (MG), entre os dias 22 e 26 deste mês, foi destacado ontem pelo senador Francelino Pereira (PFL-MG), informando que o evento faz parte da comemoração dos 300 anos de

fundação da primeira capital de Minas Gerais.

- Uma das mais importantes celebrações desse ano, o congresso não tem palco mais apropriado para discutir a historiografia de Minas Gerais do que o encantador Arraial de Nossa Senhora do Car-

mo, hoje Mariana. Monumento nacional, com um enorme potencial turístico, a cidade é um pedaço vivo da história do Brasil e do estado, que deve ser conhecido e estudado pelas gerações atuais e futuras - disse Francelino Pereira.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho

2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares

2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias

4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna

■ Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Ruimundo Carreiro Silva

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Heliival Rios ■ Coordenador de

Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade

■ Editores - Djalma Lima, Edson de Almeida e José Humberto Muncuso

Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume

e Adão Nascimento ■ Revisão: Maria das Graças Aureliano e Lindolfo Amaral

■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal